

DISCURSO DO DESEMBARGADOR ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, NA POSSE DA PRESIDÊNCIA DO TJCE, EM 31.01.2023.

Saudação inicial

No instante em que ascendo à condição de Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para além da natural emoção diante da magnitude e responsabilidade do cargo e de seus desafios, faço-o tomado por múltiplos ideais e sentimentos.

O primeiro digno de registro é a profunda **gratidão** a todos os meus pares pela compreensão, gentileza e confiança com que escolheram meu nome para o honroso posto, o qual, como é de conhecimento público, de mim já se aproximara em outras oportunidades.

Nelas, contudo, demandas familiares impediriam que pudesse me dedicar com disponibilidade integral, como se esperaria. Preferi declinar e aguardar ocasião mais propícia. Resignei-me ao propósito de que “[...] há momento para tudo e tempo certo para cada coisa” (BÍBLIA, Eclesiastes, 3,1)¹.

E esse tempo, finalmente, chegou.

Após 38 anos na carreira da magistratura, dos quais 16 foram dedicados ao segundo grau, e já tendo amalhado experiências em órgãos diretivos da Justiça Eleitoral, e, no último biênio, na Vice-Presidência desta Corte, sob o reto e destacado comando da e. Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira – a quem, de logo, rendo homenagens pela fortaleza pessoal,

¹BÍBLIA. A.T. Eclesiastes. In BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. p. 818.

determinação e profícua administração – encontro-me, hoje, **pleno, cheio de disposição** e de **vontade de contribuir**.

É certo que o Tribunal experimenta quadra positiva em feitos e realizações, fruto de **exitosas gestões** que priorizaram aspectos relevantíssimos como: o aumento da força de trabalho e da produtividade, reestruturação das organizações administrativa e judiciária, maturidade na governança, investimentos em humanização do atendimento e no diálogo com os demais Poderes e a sociedade.

É também verdadeiro que o trabalho planejado de várias administrações, forjado por **lideranças sadias**, sem omissão, sem medo, sem comodismo, sem buscar privilégios, combatendo de maneira intransigente os desvios de conduta e com a visão estendida para o futuro, ensejou ao TJCE chegar ao seu estágio atual.

Não se põe em dúvida, porém, ainda haver muito a caminhar. **O crescimento é sempre necessário**, buscando constantemente melhorias e inovações, **de modo especial numa era marcada por tantas e tão rápidas transformações, era da inteligência artificial e do metaverso.**

E é isso que procurarei fazer, ladeado por colegas valorosos, vocacionados, como os Desembargadores Heráclito Vieira de Sousa Neto, que assume a Vice-Presidência; e Maria Edna Martins, Corregedora-Geral da Justiça, esta sucedendo o e. Desembargador Paulo Aírton Albuquerque Filho, de destacada atuação.

Estou certo de que no desempenho de missão tão desafiadora, contaremos com o apoio de todos os pares, pois sabemos, que o ambiente de harmonia é favorável a que grandes objetivos sejam alcançados.

A gestão que se inicia buscará manter relacionamento franco, aberto e respeitoso com a magistratura e com os servidores. Somos cientes do empenho de cada um e procuraremos incentivar que sigam se dedicando diuturnamente a desempenhar com denodo suas atribuições. E mais que isso. Pretendemos trazê-los para mais próximo do Tribunal, a fim de que se sintam partícipes da própria Administração.

Os êxitos obtidos na direção do Poder Judiciário Estadual, sem dúvida, devem ser compartilhados com todos os colegas magistrados, de todos os níveis, e com o corpo permanente de servidores, **que ensejam continuidade sem continuísmo.**

E para isso, contarão com uma gestão que priorizará, a todo o tempo, **as melhorias estruturais das condições de trabalho e procurará, mais e mais, valorizar servidores e magistrados, sem olvidar o mérito de cada um.**

Nossa energia e nossos investimentos estarão voltados, prioritária e inarredavelmente, ao incremento da jurisdição – atividade-fim e principal razão de existir do Poder Judiciário.

Sua Excelência, o processo!

Para isso, procuraremos assegurar, já nos próximos dias, com base nos estudos realizados durante o período de transição e observada a **crecente demanda, o aumento da força de trabalho no primeiro e segundo graus, ensejando melhoria na qualidade e celeridade da prestação jurisdicional,** com o acompanhamento adequado da gestão.

Em suma, **auguramos ofertar a estrutura necessária e contar com a efetiva contribuição de todas e todos**, notadamente quanto ao cumprimento das metas institucionais e **à presença física da magistratura nas comarcas e varas**.

O fortalecimento do teletrabalho, benfazejo para a instituição e para a qualidade de vida de seus agentes; e o incremento dos atos processuais por meio remoto, hoje uma realidade sem volta, que tem trazido diversos benefícios, inclusive na produtividade e economicidade, serão regulamentados observados os parâmetros do Conselho Nacional de Justiça.

Esse trabalho remoto, entretanto, não deve representar que se subtraia das comunidades a possibilidade de se sentirem próximas daqueles que fazem o Poder Judiciário, sobretudo do Estado-Juiz.

Na esteira do que a própria instituição, por aqueles e aquelas que a corporificam, estabeleceu participativamente como seu horizonte estratégico para esta década, se buscará realizar **justiça com celeridade e eficiência**, de forma acessível, contribuindo para a redução das desigualdades².

É certo que o Poder Judiciário do século XXI, num Estado Democrático de Direito, não pode servir a perpetuar iniquidades, contemplando interesses **meramente** individuais e corporativos. Deve, ao contrário, cerrar fileiras na luta comum pela diminuição de tantos males sociais que grassam manifestamente em nosso País.

O Brasil não é um País justo!

² Mapa Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Planejamento Estratégico TJCE 2030. “Missão: Garantir direitos para realizar justiça no Ceará”. “Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades”. Disponível em: < <https://www.tjce.jus.br/agenda2030/mapa-estrategico-2030/>> Acesso em 12 jan.2023.

O Judiciário, penso, deve **sempre e sempre**, buscar afirmar-se como verdadeiro instrumento de transformação social.

Devemos, portanto, recordar que “não há paz sem justiça”³, e que a injustiça é “o maior de todos os males”⁴. Para combatê-la, estaremos atentos aos compromissos estratégicos assumidos pela Corte quanto à Agenda 2030 da ONU, e seus objetivos de desenvolvimento sustentável.

Do mesmo modo, seguiremos imprimindo esforços para avançar na implementação do Programa de Modernização do Judiciário Cearense (PROMOJUD) - iniciado na gestão do e. Desembargador Washington Bezerra e que contou com integral apoio do então Governador Camilo Santana, que se revelou um excelente parceiro do Judiciário – de modo que alcance o principal propósito de empreender uma verdadeira **transformação digital** na Justiça Estadual, seja quanto ao aprimoramento dos serviços ao cidadão (propiciando uma **Justiça digital, inclusiva e sustentável**), seja quanto ao fortalecimento da governança e da gestão.

Para tanto, temos a certeza de que fortaleceremos o relacionamento com outras instituições públicas e privadas, com destaque ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que há se notabilizado como um parceiro importante do setor público no Brasil.

Iniciativas exitosas como a do PROMOJUD somente comprovam que é, de fato, necessário ampliar os investimentos no Poder Judiciário Estadual, seja

³ JOÃO PAULO II, Papa. Mensagem de Sua Santidade João Paulo II para a celebração do XXXV Dia da Paz (1º de janeiro de 2002). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20011211_xxxv-world-day-for-peace.html>. Acesso em 20 jan. 2023.

⁴PLATÃO. A república: [ou sobre a justiça, diálogo político]. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 59.

por meio do **aumento da sua participação no orçamento geral do Estado**, seja por meio do fomento de agentes parceiros, o que somente se revelou possível através da cooperação interinstitucional com os Poderes Executivo e Legislativo.

A propósito disso, confiamos que a relação com demais Poderes seguirá sendo pautada pela **independência e harmonia**, na defesa permanente dos elevados interesses de todas e todos os cearenses. Neste ponto contamos com o apoio necessário e a sensibilidade do Senhor Governador Elmano de Freitas e do Senhor Presidente da Assembleia Deputado Evandro Leitão, ambos com formação jurídica e atuação profissional perante o Judiciário e que bem conhecem as carências e os avanços da instituição.

Distinta assistência.

Nos tempos em que, estupefatos, temos assistido a ataques às instituições públicas e, de modo especial, ao Poder Judiciário, e nos quais se cultiva, sem pudor, a nostalgia do medo, nos dias, enfim, em que se busca negar a vida e a própria história, **somente a cooperação republicana entre os Poderes, como temos visto, é capaz de manter viva a democracia.**

Defendê-la em nome da Constituição é compromisso inquebrantável do Poder Judiciário, **meu** e de cada magistrado. **Todos nós fizemos esse juramento!**

É verdade cediça **que não se pode defender liberdades constitucionais cometendo violações à própria Constituição, sobretudo utilizando-se de violência física.**

“Violência só gera violência”. A frase atribuída a Epicuro, constitui mais uma verdade lapidar.

Colegas magistrados.

As trajetórias de nossas vidas falam por si. E os valores que sempre professei ao longo da carreira, estou certo, serão a marca da gestão que se inicia: trabalho, muito trabalho, (sem qualquer espaço para leniência), compromisso com o serviço público, transparência e impessoalidade.

Esse deve ser um exercício diário, não apenas para nós que fazemos a gestão do Poder, **mas para todas as corporações do Poder Judiciário.**

A magistratura, de modo especial, para além do que erigido nos princípios de conduta judicial que inspiraram o nosso Código de Ética, deve-se concitar, como **compromisso permanente e inafastável, à prática cotidiana de virtudes como humildade, altruísmo, temperança e sobriedade.**

Embora o livre pensar seja amparado pela Constituição Federal, soa mesmo absolutamente impróprio que membros do Poder Judiciário, quaisquer que sejam, estejam a ocupar redes sociais para debater política partidária, compartilhando notícias falsas, fomentando o ódio, pregando ilegalidades, desrespeitando as instituições.

Magistrados não podem conviver com a exposição demasiada.

A sociedade quer e necessita do Juiz independente, íntegro, produtivo, com atitude.

E todo Juiz, de qualquer grau, precisa ter a convicção de que é imprescindível à democracia e importantíssimo instrumento de paz social.

Estou certo de que a magistratura do Ceará saberá seguir desempenhando, com responsabilidade, suas elevadas atribuições, notadamente com a atuação firme desde a Capital até os mais distantes rincões do sertão de nosso Estado, o que, para além de simbólico, **materializa plenamente a presença institucional do Estado e da Justiça.**

A gestão que se inicia também investirá no diálogo constante e produtivo com o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais Superiores e demais instituições do Sistema de Justiça: o Ministério Público, a Defensoria Pública e a advocacia, por meio da Ordem dos Advogados do Brasil. Os propósitos comuns, que são muitos, nos conduzem à agregação e à construção coletiva. E não o contrário.

Do mesmo modo, pretendemos estreitar a interlocução com entidades e representantes da sociedade, tal como previsto no nosso plano estratégico. Superar definitivamente o insulamento. O Judiciário pode e deve ouvir e ser ouvido nos diversos colegiados estatais que buscam a defesa dos direitos humanos, dos direitos dos encarcerados, da pessoa idosa, das pessoas com deficiência e de crianças e adolescentes, e o combate à tortura e à violência (notadamente a de gênero). Dali brotam diagnósticos e ações que podem balizar políticas públicas por meio de iniciativas compartilhadas com o Tribunal.

Minhas senhoras e meus senhores,

Estou ciente da dimensão e envergadura dos desafios que se nos apresentam na tarefa assumida. Ao tempo em que se constata a ampliação e profissionalização da Corte e de sua burocracia, a tarefa de geri-la avulta-se em complexidade.

Para enfrentá-la, contudo, contaremos com a ajuda de um grupo qualificado de mulheres e homens com longa folha de serviços prestados ao Poder Judiciário Estadual e que seguem motivadas e motivados a contribuir.

Com muito trabalho e determinação, estou certo, a caminhada será vitoriosa.

Minhas últimas palavras constituem **renovação de compromisso pessoal** com a sociedade, demais agentes públicos, os jurisdicionados, colegas magistrados, servidores, a academia, colaboradores e demais operadores do Direito.

Como sempre me posicionei na vida, sobretudo **na condição de servidor público**, me manterei em estrita submissão à Constituição Federal e às leis do país, na defesa do Estado Democrático de Direito, na interlocução com a sociedade, com **transparência absoluta** nos atos da Administração, na luta incessante contra qualquer modalidade de preconceito, e, prioritariamente, **na busca incansável para melhorar e agilizar a prestação jurisdicional**.

Eu nunca lutei, não luto nem lutarei por mim mesmo, nem por grupos, segmentos ou pessoas.

Meritíssima é a sociedade, como deixou escrito na pedra e no nosso hino a inesquecível Desembargadora Águeda Passos, a primeira mulher a presidir o TJCE.

Agradeço aos familiares e amigos dos empossados, às autoridades, magistrados, servidores, demais operadores do direito, empresários, profissionais da imprensa e a todos e todas que prestigiam neste momento, presencialmente ou através das redes sociais, a nossa instituição judiciária.

Vamos em frente! Sempre.

Agradecido.